

Apresentação

ADRIANA PEREIRA CAMPOS
Editora

NESTE NÚMERO DA *DIMENSÕES* discutem-se Estado, sociedade e poder em consonância com o Programa de Pós-graduação *lato sensu* em História Social das Relações Políticas desta universidade. Estabeleceu-se como o objetivo precípua desta revista transformar-se num dos canais de veiculação dos debates acadêmicos em desenvolvimento neste programa de mestrado, assim como em outros programas interessados em estabelecer um intercâmbio de idéias, pesquisas, métodos, objetos e abordagens que possam enriquecer a temática no Brasil. Neste sentido, vêm-se primando por publicar assuntos oriundos de pesquisas acadêmicas consolidadas ou em andamento de modo a proporcionar o mais amplo debate que permita a circulação e a troca de experiências.

Assim é que Luiz Paulo Vellozo Lucas e Wania Malheiros B. Alves, no artigo intitulado *Estrutura federativa e as cidades* apresentam algumas reflexões básicas que norteiam o projeto de pesquisa “Qualidades: História da Estrutura Federativa Brasileira e Políticas Públicas Urbanas”, inscrito no curso de mestrado em História Social das Relações Políticas, oferecendo uma caracterização do problema em estudo e a tese principal que dele emerge: a de que as reformas mais urgentes no país estão relacionadas com o lugar que os municipais ocupam na relação de poder entre os governos federativos no Brasil.

Silvia Cristina Martins de Souza, no artigo “Cada noite, cada lei: políticas públicas e teatro no Rio de Janeiro do século XIX” procura analisar as dimensões político-

sociais da legislação criada pelo estado monárquico brasileiro visando a normatização do comportamento das platéias nos teatros do Rio de Janeiro no século XIX.

Estilaque Ferreira dos Santos, por sua vez, traz-nos o artigo “Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do Séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba” em que examina a emergência de uma corrente imigratória no Espírito Santo, relacionando-a a um “projeto de desenvolvimento” centrado essencialmente na afirmação da cidade de Vitória como capital e de sua pequena elite política e social.

Cláudio Ubiratan Gonçalves, com o artigo “Assentamento Capelinha: do espaço de trabalho dos assentados à assistência técnica participativa”, levanta, com base em entrevistas e na literatura especializada, algumas considerações e reflexões sobre a aplicação e condução de políticas públicas pelo Estado, voltadas para a questão agrária.

Maria Aparecida de Oliveira Silva, por meio do artigo “Escrita e poder em Plutarco”, debate a resistência intelectual de Plutarco à política imperial romana a partir da composição de sua obra, em que registra suas críticas ao sistema político romano.

Luiz Alexandre Solano Rossi, no artigo “Sob as botas do Império Persa” afirma que, mesmo reconhecendo certa tolerância cultural e religiosa desenvolvida pelos persas mesmo por ocasião de sua política de dominação, do ponto de vista tributário, os persas adotaram um sistema de espoliação que levou grandes parcelas da população à pobreza ou à escravidão.

Antonio Carlos Amador Gil, por meio do artigo “As alternativas políticas que o zapatismo operacionaliza na América Latina contemporânea: um caso de história do tempo presente”, realiza uma discussão sobre as alternativas políticas à crise contemporânea na América Latina, destacando o zapatismo como um movimento que realizou uma metamorfose da luta armada.

Sérgio Alberto Feldman, com o artigo “Exegese e alegoria: a concepção de mundo isidoriana através do texto bíblico”, mostra que Isidoro de Sevilha (560-636) foi o último dos Padres da Igreja Latina, líder da Igreja Católica, na Espanha Visigótica e o maior agente de transmissão da cultura clássica para a Idade Média, por meio de um enfoque religioso.

Sonia Regina de Mendonça, em seu artigo “Políticas agrícolas e interesses de classe: no Brasil pós-30”, busca apresentar algumas reflexões historiográficas a respeito do estudo das políticas agrícolas no Brasil do século XX.

Alcileide Cabral do Nascimento, no artigo “Casar, trabalhar, estudar: as estratégias de inserção social das mulheres expostas no Recife, 1830 -1860”,

apresenta um estudo a respeito do abandono de crianças nas ruas, nas portas de casas e igrejas foi uma prática costumeira no Brasil, e particularmente no Recife, desde os tempos coloniais, demonstrando que nem sempre o poder público se preocupou com o futuro das meninas e dos adolescentes que, sobrevivendo aos primeiros cuidados, cresciam na instituição ou fora dela.

Maria Beatriz Nader, como o artigo “A presença feminina no mercado de trabalho no Brasil e no Espírito Santo: dos tempos coloniais aos dias atuais”, debate a presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro e, de modo particular, no Estado do Espírito Santo como realidade historicamente comprovada, demonstrando-se como o processo de trabalho feminino se desenvolveu ao longo do tempo.

Márcia B. F. Rodrigues, no artigo “Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário”, apresenta algumas reflexões em torno do método indiciário e do estilo do historiador Carlo Ginzburg. O objetivo específico é destacar de forma sucinta as principais características do paradigma indiciário (*relação* razão e sensibilidade), em contraposição ao paradigma positivista (*oposição* racionalismo *versus* irracionalismo).

Na seção de resenhas, Pedro Paulo Abreu Funari apresenta-nos sua leitura crítica da obra “Arquivos permanentes. Tratamento documental” de Heloisa Liberalli Bellotto, em sua segunda edição revista e ampliada.

Por último, e não menos importante, a revista abriu um especial espaço para o registro da palestra proferida por Jean-Louis Boudou e intitulada “Introdução à Maritimidade Capixaba Contemporânea”. Neste conclave, Boudou demonstrou que um dos principais acontecimentos que marcou profundamente a história da humanidade durante o século XX é a “corrida para o mar”. Essa litoralização da humanidade provocou uma maritimização das mentalidades.